

ANÁLISE DE PAISAGENS TURÍSTICAS DA PRAIA DE PONTA NEGRA (NATAL/RN) COM A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES DE QUALIDADE VISUAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

I. A. SOARES¹, C. S. C. MEDEIROS² e A. SALES FILHO³

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

^{2,3} Centro Universitário UNIFACEX

iltonet@yahoo.com.br¹, cfaniania25@yahoo.com.br², tonytcat@hotmail.com³

Artigo submetido em maio/2013 e aceito em fevereiro/2014

RESUMO

As paisagens estão entre os principais responsáveis pela atratividade dos destinos turísticos, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, são degradadas devido a práticas ambientalmente insustentáveis da atividade turística. Diante desse contexto, esse trabalho tem como objetivo investigar a qualidade visual das paisagens turísticas da Praia de Ponta Negra (Natal/RN) e contribuir para seu uso de forma sustentável. Para isso, utilizou-se como suporte teórico o método sistêmico e como metodologia um conjunto de indicadores de qualidade visual de paisagem. Constatou-se que além da duna do Morro do Careca, outros aspectos físicos contribuem para qualidade visual da paisagem de Ponta Negra, como a forma da orla em enseada. A legislação urbanística e ambiental de Natal é

outro elemento que contribui para a proteção da paisagem de Ponta Negra. Foram detectados como detratores a artificialização provocada pela inserção de estruturas físicas que diminuem a naturalidade da praia, a poluição hídrica provocada pelos esgotos despejados na galeria de águas pluviais e a poluição sonora que ocorre devido ao barulho gerado pelos vendedores de CDs e DVDs. Os indicadores de naturalidade e diversidade apontaram que essas características ocorrem fundamentalmente no entorno do Morro do Careca. Por fim, ressalta-se a importância da perspectiva do turismo sustentável como estratégia que garanta a proteção das paisagens naturais e a própria manutenção da atividade turística.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem turística, Indicadores de Qualidade Visual, Geografia do Turismo, Planejamento Ambiental, Ponta Negra.

ANALYSIS OF TOURISTIC LANDSCAPES OF THE PONTA NEGRA BEACH (NATAL/RN) WITH THE USE OF VISUAL QUALITY INDICATORS: A CONTRIBUTION TO THE SUSTAINABLE TOURISM

ABSTRACT

Landscapes are amongst the main responsible factors for the attractiveness of tourist destinations, while, at the same time, they are degraded as a result of environmentally unsustainable practices of the touristic activity. Facing this context, this paper has as its goal to investigate the visual quality of tourist landscapes of the Ponta Negra Beach (Natal/RN) and to contribute to its use in a sustainable way. In order to achieve that, it has been used the systemic method as theoretical support and a set of indicators of visual quality of the landscape as methodology. It has been observed that, in addition to the Morro do Careca dune, other physical aspects contribute to the visual quality of the Ponta Negra landscape, such as the shape of the coast as a bay. The urbanistic and

environmental legislation of Natal is another element that contributes to the protection of the Ponta Negra landscape. It has been detected as detractors the artificialization caused by the insertion of physical structures that reduce the naturality of the beach, the hydric pollution caused by sewers running into the gallery of rain waters and the sound pollution that takes place as a result of the noise generated by CD and DVD peddlers. The indicators of naturality and diversity showed that these characteristics take place mainly in the surroundings of the Morro do Careca. At last, it stresses the importance of the sustainable tourism perspective as a strategy that guarantees the protection of natural landscapes and the very maintenance of the tourist activity.

KEYWORDS: Tourist landscape, Visual Quality Indicators, Geography of Tourism, Environmental Planning, Ponta Negra.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é atualmente considerado uma das maiores atividades econômicas do mundo, seja na geração de empregos ou de recursos financeiros. No Brasil o principal segmento turístico é o de “sol e mar”, favorecido por belas paisagens litorâneas e heterogêneas, clima favorável a maior parte do ano e um extenso litoral.

A dinâmica natural das regiões litorâneas ocasionada por diversos agentes exógenos (marés, correntes marinhas, ação dos ventos, etc.) que atuam nos sistemas ambientais costeiros associadas à dinâmica imposta pelas ações antropogênicas, fazem dessas áreas aquelas que mais sofrem transformações, seja na escala geológica ou humana. O turismo, por sua vez, enquanto atividade econômica que tem em seu objeto de consumo o espaço geográfico (CRUZ, 2001), é certamente, um dos maiores responsáveis pelas intervenções e modificações nas paisagens litorâneas, principalmente nas áreas mais urbanizadas do litoral brasileiro. Com isso, a dinâmica e fisionomia das paisagens das áreas de interesse turístico mudam em função das demandas e “modismos” ligados a essa atividade econômica, fazendo da paisagem também objeto de consumo do turismo.

De acordo com Carlos (1999) o processo de formação de destinos turísticos ocorre, muitas vezes, a partir da apropriação dessas paisagens, as quais é atribuído valor cênico e são apropriadas enquanto mercadorias. Entretanto, por ser apropriada socialmente e, muitas vezes, de forma dialética e contraditória, as paisagens turísticas formam-se invariavelmente associadas a externalidades negativas, degradando os sistemas ambientais e comprometendo a própria atividade turística. Esses fatos remetem à necessidade do conhecimento das características naturais da paisagem e a adoção de medidas de planejamento e gestão territorial e ambiental, visando à permanência dos atributos naturais do meio e a própria sustentabilidade do turismo como atividade econômica que depende sobremaneira das condições naturais do meio ambiente.

Da mesma forma, conhecer a qualidade visual das paisagens turísticas relacionadas às dinâmicas ambientais e sociais do território onde estão inseridas pode contribuir para o processo de planejamento e gestão territorial, assim como também para o uso sustentável e equilibrado dessas paisagens pela prática turística.

A praia de Ponta Negra, localizada na zona sul de Natal, capital do Rio Grande do Norte é o principal destino turístico do estado, graças às políticas públicas voltadas para esse setor da economia, como a construção da Via Costeira na década de 1980, divisor de águas para o turismo potiguar e importante obra urbanística e viária que abriga os maiores hotéis da cidade e liga as praias centrais à Ponta Negra, e as obras de infraestrutura que o bairro e a orla da praia receberam com a implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo, o PRODETUR/NE, na década de 1990.

Nesse contexto, esse artigo tem como objetivo investigar a qualidade visual das paisagens turísticas da praia de Ponta Negra com o uso de indicadores de qualidade visual. Busca-se ainda identificar os principais elementos das paisagens turísticas da praia objeto deste estudo, analisar os principais detratores (ações humanas impactantes) que degradam a qualidade das paisagens e contribuir para a realização de um turismo sustentável.

2 PAISAGEM, PAISAGEM TURÍSTICA E TURISMO SUSTENTÁVEL

Paisagem é a porção visível do espaço (CRUZ, 2002), constituído por um conjunto heterogêneo de formas e objetos naturais e artificiais. De acordo com Pires (1999) a paisagem é uma categoria de percepção do ambiente criada pelo homem que pode ser definida como o domínio do visível, ou seja, tudo aquilo que a vista alcança. A paisagem também é formada por sons e odores, pelo que sentimos na relação com o que é visível.

Boullón (2002, p. 120) define a paisagem como

Uma qualidade estética que os diferentes elementos de um espaço físico adquirem apenas quando o homem surge como observador, animado de uma atitude contemplativa dirigida a captar suas propriedades externas, seu aspecto, seu caráter e outras particularidades que permitam apreciar sua beleza ou feiura.

Dessa forma, ao se considerar a paisagem como aquilo que se vê, ela fica sujeita a receber classificações que variam de acordo com o seu observador, já que para cada pessoa a paisagem tem um significado e ao ser analisada sofre julgamentos distintos. Assim, para Menezes (2002, p. 23), “não há paisagem sem um observador, a percepção visual é, desta forma, condição fundamental para a existência da paisagem”.

Para Santos (2009) a paisagem é fixa no espaço, entretanto, sua fixidez espacial não a neutraliza das dinâmicas naturais e sociais a que está exposta, principalmente quando utilizada como mercadoria. Outra característica apontada pelo autor é que “A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual” (SANTOS, 2009, p. 104). Com isso, uma mesma paisagem pode apresentar várias temporalidades, ou seja, pode ser composta por elementos naturais ou objetos técnicos criados em tempos diferentes, o que pode levar, por exemplo, ao aumento da diversidade e de elementos que a compõem. Numa perspectiva turística esses fatores podem aumentar sua qualidade visual e, por conseguinte, seu valor enquanto objeto de consumo pelo turismo. A título de exemplo, pode-se citar a coexistência de dunas sobre falésias em diversas regiões litorâneas do Nordeste, feições geomorfológicas formadas em períodos geológicos diferentes.

Paisagem turística é apenas uma derivação daquilo que se entende por paisagem. Dessa maneira, toda paisagem atribuída de valor turístico é considerada paisagem turística, utilizada como mercadoria para essa atividade. Como afirma Cruz (2001, p. 10), citando Luchiari (1998), “[...] as paisagens turísticas não existem *a priori*, como um dado da natureza. Elas são uma invenção cultural.” Partindo-se desse ponto de vista as paisagens turísticas também são consideradas como formações antroponaturais, “[...] consistindo num sistema territorial composto por elementos naturais e antropotectogênicos condicionados socialmente, que modificam ou transformam as propriedades das paisagens naturais originais” (RODRIGUEZ, SILVA, CAVALCANTE, 2007, p. 15).

A importância da paisagem para o turismo está também no fato dela ser “[...] a primeira instância do contato do turista com o lugar visitado e por isso ela está no centro da atratividade dos lugares para o turismo” (CRUZ, 2002, p. 109). Em razão disso, o turismo é certamente a atividade econômica que mais se apropria da paisagem. Assim, Cruz (2002, p. 109), afirma que, “O turismo como atividade humana, aponta Nicolás (1989), é a única que aproveita o espaço

tanto pelo seu valor paisagístico como pelas condições ambientais que prevalecem (clima, hidrologia, vegetação, etc.).” Com isso, a paisagem torna-se um dos principais atrativos da atividade turística, nas suas várias modalidades, como o turismo de sol e mar, turismo histórico e ecoturismo, por exemplo. Daí sua grande importância para este campo do conhecimento.

Diante de sua importância enquanto elemento natural e construído socialmente, a paisagem deve ser compreendida e apropriada numa perspectiva sustentável, de maneira que suas propriedades naturais e socioculturais sejam mantidas. Nesse contexto, a prática do turismo sustentável é a base para a proteção das paisagens turísticas e é entendido como “[...] todas as formas de desenvolvimento turístico, gestão e atividade que mantêm a integridade ambiental, social e econômica e o bem-estar dos recursos naturais, construídos e culturais para a perpetuidade” (DIAS, 2003, p. 59).¹ Nesse sentido, o turismo sustentável surge como uma abordagem basilar para manter uma relação harmônica entre turismo, sociedade e o meio ambiente e garantir a qualidade ambiental e visual das paisagens.

3 MATERIAL E MÉTODO

Para a realização desta pesquisa adotou-se como suporte teórico o método sistêmico. Para Christofolletti (1999, p. 05), “[...] um sistema é um conjunto estruturado de objetos e/ou atributos [...] que exibem relações discerníveis um com os outros e operam conjuntamente como um todo complexo [...]”. O autor afirma ainda que,

A abordagem holística sistêmica é necessária para compreender como as entidades ambientais físicas, por exemplo, expressando-se em organizações espaciais, se estruturam e funcionam como diferentes unidades complexas em si mesmas e na hierarquia de aninhamento (CHRISTOFOLLETTI, 1999, p. 1).

A abordagem sistêmica contribui para a compreensão das paisagens e suas interações devido ao fato delas serem consideradas como uma porção do espaço fruto de inter-relações envolvendo elementos físicos, bióticos e antrópicos que interagem de forma dinâmica, instável, dialética e indissociável (BERTRAND, 1971 apud GUERRA; MARÇAL, 2006). Corroborando com esse pensamento (Rodrigues, Silva e Cavalcanti, 2007, p. 08) afirmam que “Conceber a paisagem como um sistema significa ter uma percepção do todo, compreendendo as inter-relações entre as partes do sistema.” Nesse sentido, esse artigo analisa de maneira sistêmica e integrada os elementos que envolvem as paisagens objetos deste estudo, compreendendo que só assim podem ser estudadas em sua complexidade.

A Organization for Economic Co-operation and Development – OECD, considera os indicadores “[...] como um parâmetro, ou valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, com uma extensão significativa” (BELLEN, 2006, p. 43). Dessa forma, os indicadores podem ser considerados como variáveis que juntas representam um quadro de referência que analisados sistemicamente, trarão à luz a realidade de um dado espaço geográfico, representado aqui pelas paisagens objetos de estudo (SOARES, 2010).

¹ Definição da Federação de Parques Nacionais e Naturais Europeia.

Para Tunstall (citado por BELLEN, 2006), são cinco as principais funções dos indicadores: avaliação de condições e tendências; comparação entre lugares e situações; avaliação de condições e tendências em relação às metas e aos objetivos; prover informações de advertência e antecipar futuras condições e tendências. Neste trabalho a utilização de indicadores de qualidade visual tem como funções a avaliação de condições e tendências das paisagens objetos deste estudo e prover informações de advertência.

As condições são expostas pela própria caracterização propiciada pela utilização da metodologia. Já as tendências são apontadas a partir da interpretação dos indicadores pautados na perspectiva do uso sustentável das paisagens pela atividade turística.

As informações de advertência dão-se a partir dos dados obtidos com a investigação do indicador “detratores”, em que são apontadas as ações humanas que estão impactando a qualidade visual da paisagem.

Nessa abordagem, os indicadores atuam também como indicadores de sustentabilidade, uma vez que, além da caracterização visual da paisagem, contribuem também para a proposição de medidas para a preservação da qualidade ambiental das paisagens turísticas investigadas. Nesse sentido, a utilização de indicadores de sustentabilidade pode contribuir para otimizar o fazer turístico e suas interfaces com a natureza e a sociedade, e assim, colaborar para a mudança do paradigma atual desta atividade que, muitas vezes, é tida como degradadora dos recursos naturais e que pouco valoriza e respeita as comunidades locais onde se instala.

A proposta metodológica ora apresentada é uma adaptação da metodologia adotada por Pires (2005) para a análise qualidade visual da paisagem como etapa para caracterização de paisagens turísticas.

Esta metodologia caracteriza-se como observação sistemática não participante (LAKATOS; MARCONI, 2010) e com avaliação direta e indireta da paisagem, visto que foram coletados dados em campo e a partir da análise das cenas (fotografias) em gabinete.

Para a caracterização e posterior análise das paisagens estudadas foram escolhidos pontos onde foram feitas fotografias para análise dos indicadores de qualidade visual. Essas foram escolhidas de acordo com os elementos que compõem as paisagens em tela, enfatizando aqueles que se configuram com os mais atrativos e de maior beleza cênica. Outro fator para a escolha das cenas se deu a partir dos elementos detratores encontrados. Para seleção das paisagens foram considerados também os indicadores propostos nesta metodologia. Em síntese, os critérios adotados foram:

- a. Pontos relevantes da paisagem (mirantes naturais ou construídos);
- b. Locais preferenciais ou potenciais de concentração dos turistas e usuários da paisagem;
- c. Os próprios locais onde estão os atrativos turísticos, desde que permitam vistas abertas ou panorâmicas (PIRES, 2005).

Na metodologia proposta por Pires (2005), os indicadores são divididos em quatro categorias: diversidade, naturalidade, singularidade e detratores. Cada indicador é composto por um conjunto de elementos ou condições (variáveis) que possibilitam a sua classificação e consequente análise. A seguir serão descritos cada um dos indicadores.

A. DIVERSIDADE VISUAL

Para Pires (2005, p. 419), a diversidade

expressa a variedade paisagística existente num determinado espaço territorial. Assume-se, então, que uma paisagem variada possui mais valor que uma paisagem homogênea, por apresentar partes diferenciadas com distintos componentes visuais e com ausência de monotonia.

O quadro 1 elenca os componentes e elementos visuais considerados para análise do indicador diversidade. São atribuídos pesos que somados levam a uma escala de classificação, estabelecendo o grau da diversidade das paisagens analisadas.

Quadro 1: Variáveis do indicador diversidade visual

COMPONENTES	ELEMENTOS VISUAIS (propriedades visuais)	NÍVEL DE DESTAQUE			
		GRANDE (PESO 6)	MODERADO (PESO 3)	POUCO (PESO 1)	NENHUM (PESO 0)
RELEVO	Forma/volume				
VEGETAÇÃO	Textura				
	Cor/Tonalidade				
	Forma				
ÁGUA	Cor/Tonalidade				
ATIVIDADES HUMANAS	Forma				
	Cor				
SUBTOTAL (Nº DE OCORRÊNCIA X PESO)					
ESCALA CLASSIFICAÇÃO	DE 22 A 42 – Alta diversidade			CLASSIFICAÇÃO	
	DE 8 A 21 – Media diversidade				
	ATÉ 7 – Baixa diversidade				

Fonte: Adaptado de Pires (2005)

Neste indicador foi feita uma adaptação da proposta metodológica original consignada por Pires (2005), retirando um dos elementos visuais de análise diante da dificuldade de interpretação do mesmo. Dessa forma, a escala de classificação foi modificada, entretanto, mantendo a mesma proporcionalidade entre as classes.

De acordo com Pires (1999, p. 167), a forma “é o volume ou superfície de um objeto ou objetos que aparecem unificados tanto pela configuração que apresentam na superfície do terreno, como pela localização conjunta sobre a paisagem.” A textura “é a agregação de formas e cores percebidas como variações ou irregularidades de uma superfície contínua.”

B. NATURALIDADE

O segundo indicador considerado é naturalidade, que destaca principalmente a vegetação e existência de estrutura física implementada por ação humana. Para Pires (2005, p. 419) esse indicador é analisado

pela ausência ou pela insignificância de elementos ou estruturas de origem humana em uma área. A naturalidade é representada, sobretudo, pela vegetação natural, a qual resulta de um processo interativo entre os fatores do

meio físico. A vegetação, quando remanescente de formações originais com pouca ou nenhuma alteração, representa o mais alto grau de equilíbrio ecológico do ambiente em que se encontra, merecendo, desta forma, uma elevada valorização pelo aspecto de naturalidade que empresta à paisagem.

O quadro 2 abaixo mostra as cinco classes do indicador naturalidade.

Quadro 2: Classificação do indicador naturalidade

GRADIENTE DE MODIFICAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL	CLASSIFICAÇÃO
Paisagem natural sem alterações visíveis. Paisagem natural pouco alterada.	NATURALIDADE SUPERIOR (S)
Paisagem predominantemente natural com alterações pequenas e moderadas.	NATURALIDADE MÉDIA-SUPERIOR (MS)
Paisagem tipicamente rural. Paisagem urbana/Periurbana com entorno predominantemente natural.	NATURALIDADE MÉDIA (M)
Paisagem periurbana misturada com elementos de paisagem rural. Paisagem urbana/periurbana com presença de elementos naturais em seu entorno. Paisagem urbana com expressiva presença de áreas verdes.	NATURALIDADE MÉDIA-INFERIOR (MI)
Paisagem urbana com poucos elementos naturais ou áreas verdes	NATURALIDADE INFERIOR (I)

Fonte: Pires (2005)

C. SINGULARIDADE

A análise do indicador singularidade dá-se

pela existência de ocorrências de origem natural (feições geomorfológicas, elementos vegetais, espécies animais, sítios paleontológicos), ou manifestações de origem humana (sítios arqueológicos, usos do solo), assim como elementos visuais, como unicidade, unidade, raridade, antiguidade, grandiosidade, excepcionalidade, beleza, amplitude visual, interesse histórico e outras características notáveis que as tornam singulares (PIRES, 2005, p. 419).

Para a análise desse indicador são utilizados os seguintes critérios:

1. Critérios de identificação

- a. Presença na paisagem de componentes e/ou suas propriedades visuais com atributos tais como unicidade, raridade, grandiosidade, excepcional beleza;
- b. Grande amplitude visual (paisagem extremamente panorâmica);
- c. Ocorrência de fenômenos atmosféricos notáveis, tais como nascer e pôr do sol, arco-íris, nuvens e nebulosidade;
- d. Presença de fauna;
- e. Paisagem natural sem alterações;
- f. Presença na paisagem de ocorrências ou aspectos ecológicos, geográficos ou ambientais de relevância educativa ou científica;
- g. Ocorrência de interesse histórico ou cultural que possua expressão visual (PIRES, 2005).

2. Critérios de classificação

O quadro 3 mostra as classes do indicador singularidade a partir da escala territorial do potencial de atratividade da paisagem associada aos critérios de identificação citados acima.

Quadro 3: Classificação do indicador singularidade

Grande potencial de atratividade turística em nível nacional e internacional	(Gr)
Razoável potencial de atratividade turística em nível estadual e subnacional	(Rz)
Limitado potencial de atratividade turística em nível subestadual (regional)	(Lm)

Fonte: Pires (2005)

D. DETRATORES

Os detratores

são resultantes de atividades humanas que imprimem um aspecto de "artificialização" e distanciamento das condições naturais da paisagem e, muitas vezes, de sua degradação visual e ambiental, diminuindo, portanto, a qualidade visual da paisagem. Processos naturais tais como atividades vulcânicas, erosão, sedimentação, maremotos, tufões, entre outros, também atuam na detração da qualidade visual e, muitas vezes, tem seus efeitos negativos potencializados pelas próprias atividades humanas. No entanto, serão aqui consideradas apenas as atividades humanas, propriamente ditas, como agentes potenciais de detração paisagística. Deve-se considerar que quando se tratarem de atividades humanas que proporcionam aumento da qualidade visual de uma paisagem, estas serão consideradas ao nível de diversidade e de singularidade (Pires, 2005, p. 419).

Para análise desse indicador são utilizadas as seguintes classes apontadas no quadro abaixo:

Quadro 4: Classes do indicador detratores

Pequena intrusão	(PI)
Conjunto de pequenas intrusões	(Cj-PI)
Média intrusão	(MI)
Conjunto de médias intrusões	(Cj-MI)
Grande intrusão	(GI)
Conjunto de grandes intrusões	(Cj-GI)

Fonte: Pires (2005)

Ao final da análise de cada indicador, a metodologia propõe um quadro final de avaliação da qualidade visual da paisagem, mostrado a seguir.

Quadro 5: Classificação da qualidade visual das paisagens

CLASSE DE QUALIDADE VISUAL	PARÂMETROS DE ENQUADRAMENTO
Qualidade visual superior (S)	A. Níveis superiores de diversidade e naturalidade. B. Com singularidade grande e razoável. C. Ausência de detratores, ou no máximo, pequeno detrador.
Qualidade visual média-superior (MS)	A. Nível superior de diversidade e médio-superior de naturalidade. B. Com singularidade limitada a razoável. C. Ausência de detratores, ou no máximo, pequenos detratores.
Qualidade visual média (M)	A. Níveis médios de diversidade e naturalidade. B. Ausência de singularidades. C. Presença de pequenos e médios detratores.
Qualidade visual média-inferior (MI)	A. Média diversidade. B. Naturalidade média-inferior.

	C. Ausência de singularidade. D. Presença de médio(s) detrator(es)
Qualidade visual inferior (I)	A. Níveis inferiores de naturalidade e diversidade. B. Sem singularidade. C. Presença de médio(s) e grande(s) detrator(es)

Fonte: Pires (2005)

A classificação apresentada no quadro acima é a síntese dos indicadores propostos na metodologia e permite a análise da qualidade visual das paisagens selecionadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Praia de Ponta Negra está localizada no Município do Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte (figura 01). Situada no Bairro homônimo, Ponta Negra destaca-se como destino de maior fluxo turístico do estado e por concentrar a maioria dos equipamentos de infraestrutura turística e lazer de Natal e do Rio Grande do Norte, como hotéis, pousadas, bares e restaurantes, características que se deram devido um processo de turistificação pelo qual passou (FURTADO, 2007). Seu principal atrativo turístico é o Morro do Careca, duna vegetada e íngreme que apresenta em sua parte frontal ao mar parte de seus sedimentos expostos pela ausência de vegetação, fisionomia que lhe atribui o nome de Morro do Careca.

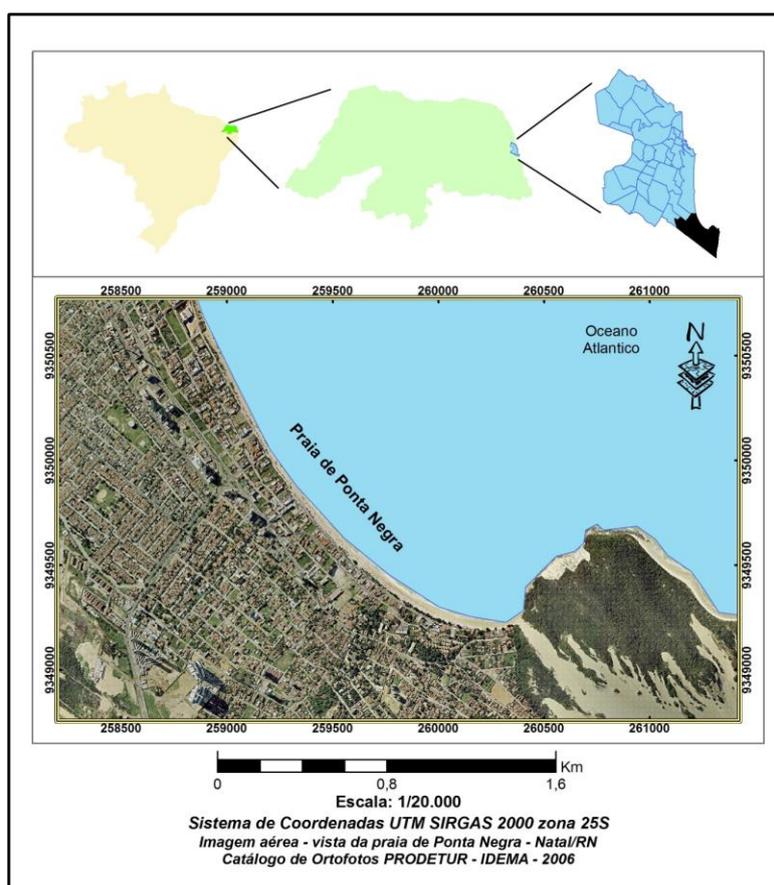


Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo
Fonte: Elaborado pelos autores.

O município de Natal tem três dispositivos jurídicos e de ordenamento territorial e urbanístico que contribuem para a preservação da paisagem da praia de Ponta Negra. Um deles é o plano diretor municipal que cria a Zona de Proteção Ambiental Morro do Careca e dunas fixas – ZPA-6. Com uma área de 363 hectares a ZPA-6 engloba grande parte do complexo dunar do Morro do Careca, garantindo a proteção da área e manutenção da paisagem natural. Em Natal existem 10 ZPAs que são áreas nas quais “[...] as características do meio físico restringem o uso e ocupação, visando a proteção, manutenção e recuperação dos aspectos ambientais, ecológicos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, turísticos, culturais, arquitetônicos e científicos” (NATAL, 2007).

Um dos principais aspectos urbanísticos que contribui para a valorização da paisagem de Ponta Negra é a Zona Especial de Interesse Turístico 1 – ZET-1, que compreende toda a orla da praia e ruas adjacentes. A Lei municipal nº 3.607/1987 que cria a ZET-1 determina o controle de gabarito² da zona, onde nenhuma edificação pode ter mais de dois pavimentos ou 7,5 metros de altura a partir de qualquer ponto do terreno (NATAL, 1987). O terceiro dispositivo jurídico e de ordenamento territorial de limitação urbanística em Ponta Negra com objetivo de preservação da paisagem é o Decreto municipal nº 2.236/1979, que cria uma área *non edificandi* onde são proibidas construções (Natal, 1979).

A principal função desses dispositivos é evitar a “privatização da paisagem” a partir da construção de edifícios verticais na orla marítima de Ponta Negra e garantir a vista da paisagem do Morro do Careca e da faixa de praia. No caso da ZPA-6, sua importância também está na garantia da manutenção das características físicas e ecológicas do complexo dunar. Esses instrumentos de ordenamento territorial contribuem para ratificar os dizeres de Yázigi (1999, p. 140), quando afirma que “[...] o município tende ser graças a sua soberania no uso e ocupação do solo, um dos grandes responsáveis pela qualidade do que vai se inserindo na paisagem”.

O início da transformação de Ponta Negra em território turístico tem como marco a construção da Via Costeira na década de 1980, importante obra viária que possibilitou a implementação de hotéis nesse trecho da orla litorânea natalense que liga as praias centrais à Ponta Negra. Outro marco para consolidação de Natal e Ponta Negra como destinos turísticos foram as obras de infraestrutura implementadas pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE I, que promoveu a reurbanização do bairro, e mais especificamente da orla da praia (COSTA, 2006).

Todos esses fatores transformaram Ponta Negra num território turistificado, que para Coriolano (2007), é aquele que “[...] foi alvo da interferência de políticas públicas e privadas, apresentando atividades hegemonicamente priorizadas aos turistas e não aos residentes”, quadro de referência encontrado atualmente em Ponta Negra.

É esse conjunto de elementos implementados pelas ações humanas para atender a demandas sociais somados aos seus ambientes naturais que fazem da praia de Ponta Negra um dos maiores destinos turísticos da região Nordeste do Brasil.

² “Distância vertical medida entre o meio-fio e um plano horizontal tangente à parte superior do último elemento construtivo da edificação” (Natal, 2007).

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a análise dos indicadores de qualidade visual das paisagens foram selecionadas oito fotografias que representam as diversas paisagens da orla de Ponta Negra. Apesar da sua importância como principal destino turístico do Rio Grande do Norte, apenas uma das oito paisagens analisadas foi classificada com qualidade visual superior, três foram classificadas com média-superior, duas com qualidade visual média, uma com média-inferior e uma com qualidade visual inferior (quadro 6). Apesar disso, a existência do Morro do Careca somado a outros fatores físico-naturais e socioculturais imprimem relevante beleza paisagística à Ponta Negra, como será exposto na análise dos indicadores de qualidade visual a seguir.

Quadro 6: Análise da qualidade visual das paisagens

ANÁLISE DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM					
FOTOGRAFIAS	INDICADORES CONSIDERADOS				
NÚMERO	DIVERSIDADE	NATURALIDADE	SINGULARIDADE	DETRATORES	QUALIDADE VISUAL
01	ALTA	SUPERIOR	GR	PI	SUPERIOR
02	ALTA	MÉDIA SUP.	GR	CJ-MI	MÉDIA SUP.
03	ALTA	MÉDIA	GR	CJ-MI	MÉDIA SUP.
04	MEDIA	INFERIOR	Lm	CJ-MI	MÉDIA INF.
05	MEDIA	MÉDIA SUP.	Lm	CJ-MI	MÉDIA
06	MEDIA	MÉDIA SUP.	Rz	MI	MÉDIA
07	ALTA	MÉDIA SUP.	GR	CJ-MI	MÉDIA SUP.
08	BAIXA	INFERIOR	Lm	CJ-MI	INFERIOR

Fonte: Elaborado pelos autores

Nota explicativa das siglas:

Indicador Singularidade

GR – Grande potencial de atratividade turística em nível nacional e internacional.

Rz – Razoável potencial de atratividade turística em nível estadual e subnacional.

Lm – Limitado potencial de atratividade turística em nível subestadual (regional).

Indicador Detratores

PI – Pequena intrusão

Cj-MI – Conjunto de médias intrusões

MI – Média intrusão

A. DIVERSIDADE

Na análise do indicador diversidade, das oito paisagens observadas na praia de Ponta Negra, quatro apresentaram alta diversidade, três obtiveram classificação média e apenas uma foi classificada com baixa diversidade. A maior diversidade de Ponta Negra ocorre na área onde se encontra o seu principal atrativo, o Morro da Careca e sua vegetação, somadas à água do mar e os arenitos de praia³ no sopé da duna (fotografia 1).

³ Rocha resultante do endurecimento e cimentação das areias dos recifes formados sobre as praias (GUERRA; GUERRA, 2003).



Fotografia 1 – Morro do Careca
Foto: Ilton Soares (2011)

A fotografia 1 é a que melhor representa a diversidade da Praia de Ponta Negra, exatamente por apresentar o maior número de elementos naturais. As fotografias 2 e 3 apresentam estruturas artificiais, como o calçadão e estabelecimentos comerciais, entretanto, a duna destaca-se como principal componente nas paisagens apontadas.



Fotografia 2 – Calçadão de Ponta Negra com Morro do Careca ao fundo
Foto: Ilton Soares (2011)



Fotografia 3 – Calçada de Ponta Negra
Foto: Ilton Soares (2011)

As paisagens que apresentaram média ou baixa diversidade se deram principalmente pela presença de construções humanas, objetos técnicos inseridos para atender as demandas da atividade turística.

Dos componentes do indicador diversidade (relevo, vegetação, água e atividades humanas), o relevo e a vegetação são os que mais contribuem para a diversidade das paisagens analisadas. O relevo exerce grande influência sobre a paisagem, principalmente pela formação dunar do Morro do Careca. Além disso, na área de pós-praia a topografia apresenta uma cota maior do que a faixa de praia e se estende até a Avenida Engenheiro Roberto Freire. Como nessa área há limite de altura das edificações através do controle de gabarito, os componentes das paisagens da faixa de praia e da duna do Morro do Careca podem ser vistos de parte da avenida supracitada, democratizando o direito à paisagem, permitindo que a mesma seja vista e apreciada de vários pontos além da beira-mar. Já a vegetação, que cobre grande parte da duna, contribui para a variedade de cores e elementos naturais daquele ambiente, que somada a água do mar aumenta a diversidade da paisagem.

B. NATURALIDADE

No indicador naturalidade, das oito paisagens analisadas apenas uma apresentou naturalidade superior, quatro obtiveram classificação média-superior, uma teve classificação média e duas foram classificadas com naturalidade inferior. A paisagem que apresentou classificação superior foi a representada pela fotografia 1, onde é possível identificar elementos naturais presentes na imagem, como por exemplo, a vegetação e o próprio Morro do Careca. Dessa forma, no conjunto céu azul, mar e duna, essa paisagem apresenta uma imagem de grande naturalidade, sem a presença significativa de elementos artificiais.

O fato de Ponta Negra ser uma praia urbana e ter sua parte frontal ao mar densamente ocupada faz com que seu grau de naturalidade diminua. Por ser um dos principais cartões postais do Nordeste, Ponta Negra possui muitos bares e restaurantes à beira-mar, mesas, cadeiras e guarda-sóis na areia e hotéis logo após a faixa de praia. As fotografias 4 e 5 mostram os elementos artificiais que proporcionam a diminuição da naturalidade da paisagem de Ponta

Negra. Na fotografia 4 destacam-se prédios residenciais e na 5 percebe-se a presença de guarda-sóis com cores vibrantes que não harmonizam com os elementos da paisagem natural. Entretanto, deve-se destacar que a preservação da duna do Morro do Careca e a não existência de “arranha-céus” a beira-mar contribui para diminuição do grau de artificialização daquela área.



Fotografia 4 – Zona de Estirâncio de Ponta Negra
Foto: Ilton Soares (2011)



Fotografia – 5 Prédios residenciais com vista para o mar.
Foto: Ilton Soares (2011)

C. SINGULARIDADE

Em relação ao indicador singularidade, três fatores destacam-se na paisagem de Ponta Negra: o Morro do Careca que mais uma vez configura-se como principal atrativo natural, paisagístico e turístico da praia. Outro fator é a presença de jangadas, embarcações rudimentares utilizadas por pescadores da Vila de Ponta Negra, comunidade localizada no Bairro de Ponta Negra e que teve origem com os primeiros pescadores que habitaram aquela área (fotografia 6). A urbanização de Ponta Negra e seu intenso uso turístico limitou o território dos pescadores na

faixa de praia a um pequeno espaço nas proximidades da duna, de onde as embarcações saem para o mar e são guardadas após a pescaria. Essas jangadas também são utilizadas para fins turísticos com a realização de passeios, onde os visitantes podem ter a visão da orla e da duna de dentro do mar. O fato dessas embarcações conseguirem permanecer numa praia urbanizada e seu caráter rústico as transforma em elementos singulares da paisagem.

É importante destacar também que a presença das jangadas remonta aos primórdios da ocupação daquela área, configurando-se numa representação cultural e histórica e na junção de temporalidades distintas, uma vez que elas estão envolta dos equipamentos turísticos contemporâneos. Essa configuração ratifica os dizeres de Santos (2009, p. 103) quando afirma que “[...] a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal.” Essa transversalidade temporal imprime singularidade a alguns destinos turísticos como Ponta Negra, valorizando a qualidade visual da paisagem.



Fotografia 6 – Embarcações utilizadas para pesca pelos moradores da Vila de Ponta Negra
Foto: Ilton Soares (2011)

Outro elemento de singularidade é o fato da praia de Ponta Negra ter na área do Morro do Careca a formação de uma enseada, que segundo Guerra e Guerra (2003, p. 222), é uma “Reentrância da costa bem aberta em direção ao mar, porém com pequena penetração deste [...]”. A localização da duna na enseada permite uma vista panorâmica e que ela seja vista de qualquer ponto da faixa de praia, o que valoriza a qualidade visual da paisagem (fotografia 7).



Fotografia 7 – Vista panorâmica de Ponta Negra
Foto: Ilton Soares (2011)

D. DETRATORES

Todas as paisagens analisadas apresentam detratores relacionados à artificialização da área. Considerados como fatores que diminuem a naturalidade do meio, a introdução na paisagem de elementos artificiais, como hotéis e condomínios residenciais verticais, por exemplo, imprime um grau de artificialização a partir de intervenções humanas, fato comum em destinos turísticos densamente urbanizados como é o caso da praia de Ponta Negra. Entretanto, deve-se apontar que essas intervenções não necessariamente provocam impactos negativos ao meio, principalmente no caso de Ponta Negra, que como já foi citado, tem uma legislação urbanístico-ambiental que resguarda a conservação da paisagem e impede que seu uso e apropriação sejam feitos apenas por aqueles que estão na faixa de praia ou em algum dos equipamentos turísticos ali localizados.

A análise desse indicador, entretanto, evidencia problemas encontrados em praias urbanas e sem a infraestrutura necessária. Dentre os detratores encontrados destaca-se a poluição hídrica provocada pela existência de sistemas coletores de águas pluviais que despejam esgoto na beira-mar de Ponta Negra. Tal fato se dá devido às ligações clandestinas de esgoto à rede coletora de água da chuva, o que tem como consequências a contaminação da areia e da água do mar, que por conseguinte, diminui a qualidade ambiental e visual da praia, além ser um fato que pode afastar a presença de turistas (fotografia 8).



Fotografia 8 – Galeria de águas pluviais
Foto: Ilton Soares (2011)

Outro problema bastante recorrente na orla de Ponta Negra é a poluição sonora provocada por vendedores de CDs e DVDs que se deslocam na faixa de praia com carrinhos móveis. Na busca de chamar a atenção dos banhistas esses vendedores caminham pela praia muitas vezes com som em alto volume. Soma-se a isso a existência de vários comerciantes, resultando em poluição sonora e gerando desconforto para parte dos frequentadores da praia.

A poluição visual também se destaca como outro detrator. Consideraram-se como elementos provocadores desse tipo de poluição os guarda-sóis localizados na faixa de areia. Como não há um padrão de cores adotado por todos os proprietários que se harmonize com a paisagem, esses equipamentos acabam gerando uma estranheza em relação à paisagem natural

(fotografias 2 e 5). Outro problema provocado por esses equipamentos é a privatização e territorialização de parte da faixa de praia, o que dificulta o deslocamento das pessoas, principalmente a partir do momento em que a maré começa a subir.

A existência de resíduos sólidos e sacolas plásticas contendo esses materiais na orla foi outro problema identificado.

Constata-se então, que os detratores encontrados contribuem para perda da qualidade visual da paisagem de Ponta Negra, o que pode afetar seu fluxo turístico. Percebe-se ainda que esses problemas estão diretamente relacionados a falta de políticas públicas de planejamento urbano e ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As paisagens turísticas de Ponta Negra são consideradas paisagens antroponaturais visto que são formadas por elementos naturais transformados por sistemas de objetos artificiais e condicionadas por ações sociais. Percebe-se que essas características são inerentes a paisagens turísticas, onde seu valor estético e enquanto mercadoria são atribuídos socialmente e incrementados por intervenções humanas. Entretanto, sua formação antroponatural consegue resguardar elementos naturais relevantes para manutenção de parte de suas características ambientais e dos atrativos necessários ao segmento turístico praticado. Atribui-se a isso, principalmente a legislação urbanístico-ambiental municipal que resguarda a paisagem natural e garante a sua democratização, não permitindo a construção de “paredões verticais” na parte frontal da orla marítima.

A análise das paisagens da praia de Ponta Negra a partir do conjunto de indicadores utilizados permitiu inferir que de maneira geral Ponta Negra tem uma paisagem com qualidade visual média-superior e que isso se deve fundamentalmente a existência do Morro do Careca e a artificialização provocada pela introdução dos equipamentos de hotelaria, lazer e demais serviços.

Apesar da sua importância enquanto destino turístico do segmento “sol e mar”, Ponta Negra não apresenta grande diversidade e naturalidade, como outros destinos turísticos desse mesmo segmento. Do ponto de vista da atratividade a partir de elementos naturais Ponta Negra depende principalmente do Morro do Careca, do mar e do clima favorável quase o ano inteiro. Sua paisagem não apresenta uma heterogeneidade de elementos naturais ao longo da orla, o que mais uma vez ratifica a duna enquanto elemento paisagístico natural de relevância.

Entretanto, destacam-se como fatores fundamentais para a qualidade visual da paisagem em tela, além do Morro do Careca, o relevo da área e a forma da sua orla em enseada, que valorizam a paisagem e a vista de seu principal atrativo.

Em relação aos detratores, esses apontaram a existência de alguns problemas ambientais e, por conseguinte, perda de qualidade visual da paisagem, como poluição sonora, hídrica e visual. Esses fatos denotam a necessidade de investimentos em políticas públicas de planejamento urbanístico e ambiental que possibilitem a prática do turismo sustentável, com preservação da paisagem e de qualidade ambiental.

Por fim, ressalta-se a importância da perspectiva do turismo sustentável como estratégia que garanta a proteção das paisagens naturais e a própria manutenção da atividade turística. Quando o turismo depende principalmente de atrativos naturais, como o segmento sol e mar, o uso sustentável desses elementos emerge não apenas como uma medida para a manutenção da qualidade ambiental, mas também da qualidade da atividade turística.

6 REFERÊNCIAS

1. BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
2. BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. Josely Vianna Batista. Bauru: EDUSC, 2002.
3. CARLOS, Ana Fani A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de C. A. da (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
4. CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgar Blucher, 1999.
5. CORIOLANO, Luzia Neide M. Teixeira. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O Turismo e a relação sociedade na natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EdUECE, 2007.
6. COSTA, Jean Henrique. Os espaços obscuros da cidade turística: um estudo preliminar na Praia de Ponta Negra em Natal/RN. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, n. 3, v. 6, 2006.
7. CRUZ, Rita de Cássia Ariza. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
8. CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
9. DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
10. FURTADO, Edna Maria. O Turismo na Capital Potiguar: visões sobre o espaço urbano de Natal/RN. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, n. 11, 2007.
11. GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
12. GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. **Geomorfologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
13. LAKATOS, Eva M., MARCONI, Marina de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
14. MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fator cultural. In: YÁZIGI, Eduardo et al (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
15. NATAL (Município, RN). **Lei Complementar Nº 082, de 21 de Junho de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/_anexos/publicacao/dom/dom_20070623_especial.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

16. NATAL (Município, RN). **Lei Nº 3.607 de 18 de Novembro De 1987**. Dispõe sobre o uso do solo e prescrições urbanísticas da Zona Especial - ZET-1, criada pela Lei 3.175184 de 26 de janeiro de 1984, e da outras providencias. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/InstrOrdSearch/34_Zonas_Especiais_de_Interesturistico-ZETs.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.
17. NATAL (Município, RN). **Decreto Nº 2.236, de 19 de junho de 1979**. Declara “non edificandi” os Imóveis que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/InstrOrdSearch/5_Areas_Non_Aedificandi.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.
18. PIRES, Paulo dos Santos. Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In. YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de C. A. da (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
19. _____. A análise de indicadores da qualidade visual como etapa da caracterização de paisagens turísticas: uma aplicação no distrito-sede de Porto Belo-SC. **Turismo: visão e ação**. Balneário Camburiú, n. 3, v. 7, 2005.
20. RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Geoecologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2007.
21. SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
22. SOARES, Ilton Araújo. **Análise da degradação ambiental das áreas de preservação permanente localizadas no estuário do Rio Ceará-Mirim/RN**. Natal, RN: 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Biociências. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
23. YÁZIGI, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In. YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.